



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**VANESSA MARIA VILLELA LUCENA**

**A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NUMA ESCOLA PÚBLICA  
MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB**

**Campina Grande/PB  
2015**

**VANESSA MARIA VILLELA LUCENA**

**A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NUMA ESCOLA PÚBLICA  
MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Licenciatura  
em Pedagogia do Departamento de  
Educação da Universidade Estadual da  
Paraíba em cumprimento às exigências  
legais para obtenção do título de  
Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Valdecy Margarida da Silva

**Campina Grande/PB  
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L935p Lucena, Vanessa Maria Villela  
A perspectiva da educação inclusiva numa escola pública  
municipal de Campina Grande/PB [manuscrito] / Vanessa Maria  
Villela Lucena. - 2015.  
44 p. : il. color.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015.  
"Orientação: Prof. Dr. Valdecy Margarida da Silva,  
Departamento de Educação".

1. Educação Inclusiva 2. Inclusão Escolar 3. Formação de  
Professores 4. Políticas Educacionais I. Título.

21. ed. CDD 370.115

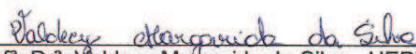
**VANESSA MARIA VILLELA LUCENA**

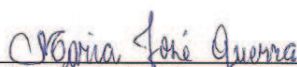
**A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NUMA ESCOLA PÚBLICA  
MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB**

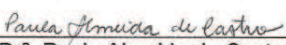
Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Licenciatura em  
Pedagogia do Departamento de  
Educação da Universidade Estadual da  
Paraíba em cumprimento às exigências  
legais para obtenção do título de  
Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 28 / 05 /2015

Banca Examinadora:

  
Profª. Drª. Valdecy Margarida da Silva - UEPB  
Orientadora

  
Profª. Dra. Maria José Guerra - UEPB  
Examinadora

  
Profª. Drª. Paula Almeida de Castro - UEPB  
Examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, sobretudo, a Deus por estar presente na minha vida e por me conceder o dom da existência, dando-me forças em todos os momentos especialmente nos mais difíceis e intensos ao longo da minha vida.

Agradeço, em especial, aos meus pais, irmãos, tios e namorado que estão presentes na minha vida sendo referências para mim; por todo o amor a mim dedicado, pelo apoio e pelo incentivo que contribuíram na minha jornada.

À minha orientadora, Profa. Dra. Valdecy Margarida da Silva, pela paciência, pelos apontamentos construtivos, pelo apoio, pelos conselhos e pelo compartilhamento das experiências vividas. Sua colaboração foi de extrema importância para a elaboração deste trabalho ao ponto de que seus ensinamentos serão sempre para mim um exemplo.

Agradeço em especial aos meus Mestres, que foram essenciais no meu amadurecimento na vida acadêmica e que são e sempre serão referências para minha vida pessoal e profissional.

Às minhas amigas Alessandra Lucena, Iona B. Felix e Glyllff Kennya, que me encorajaram a continuar, incentivando-me e contribuindo no andamento da minha pesquisa.

Às amigas de sempre, Elizandra Montenegro, Iris Soares, Kalienne Fernanda e Layse Chaves, que tive o privilégio de conhecer durante o meu processo de formação na UEPB e que se tornaram determinantes nos momentos mais críticos e intensos na minha jornada.

À Banca Examinadora deste trabalho, pela disponibilidade em contribuir para a minha formação.

## **A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NUMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB**

LUCENA, Vanessa Maria Villela<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho monográfico visa refletir sobre quais os espaços que permeiam o conceito de inclusão na escola, como vem ocorrendo a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais em uma escola da rede municipal de Campina Grande/PB e quais as dificuldades encontradas pelos professores no processo de inclusão. Se configura, inicialmente, como uma pesquisa bibliográfica e, posteriormente, como uma pesquisa de campo, cujo objetivo é discutir a formação dos educadores na área de educação especial e analisar as condições de uma escola pública para o atendimento às crianças portadoras de necessidades especiais, a fim de verificar como tem ocorrido o processo de inclusão nas escolas públicas municipais e observar quais as dificuldades encontradas pelos educadores e as alternativas criadas para a superação de tais dificuldades. Baseado em pesquisas desenvolvidas por Aranha (2003), Blanco (2004), Brasil (1998), Cardoso (1995), dentre outros, o estudo discute o conceito e o papel da educação inclusiva, estabelecendo relação entre a realidade escolar no Brasil e o texto legal; aborda a questão do ambiente físico escolar, desde como é o seu planejamento até as barreiras encontradas pelos alunos com necessidades especiais, levando, também, em consideração o currículo, como está sendo a sua adaptação e analisa os questionários aplicados em uma escola pública municipal, em busca de esclarecimentos sobre a real prática inclusiva. O estudo revelou que o campo ainda carece de políticas educacionais que deem conta desse público e que é necessário um maior investimento na formação de professores para que possamos dar conta de uma educação verdadeiramente inclusiva.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Inclusão. Formação de professores.

---

<sup>1</sup> Concluinte do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

## **ABSTRACT**

This monograph aims to reflect on which the spaces that permeate the concept of inclusion in school, as it has the inclusion of children with special needs in a school municipal Campina Grande / PB and what difficulties encountered by teachers in the process inclusion. Is configured initially as a bibliographical research and later as a field research, which aims to discuss the formation of educators in the field of special education and analyze the conditions of a public school for the care of children with special needs, to verify as has been the process of inclusion in public schools and to identify the difficulties faced by educators and alternatives created for overcoming such difficulties. Based on research conducted by Spider (2003), Blanco (2004), Brazil (1998), Cardoso (1995), among others, the study discusses the concept and the role of inclusive education, establishing relationship between the school and the reality in Brazil legal text; addresses the issue of school physical environment, as long as your planning to the barriers faced by students with special needs, taking also into account the curriculum and how it is being to adapt and analyzes the questionnaires applied in a public school, seeking clarification on the real inclusive practice. The study showed that the field still lacks educational policies that give account of this audience and that greater investment in teacher education is necessary for us to realize a truly inclusive education.

**Keywords:** Special Education. Inclusion. Teacher training.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>7</b>
<b>1. A educação especial no Brasil: a Legislação em vigor.....</b>	<b>10</b>
1.1 Paradigmas da inclusão: vencendo desafios.....	10
1.2 O texto legal e o paradoxo da exclusão da inclusão.....	11
1.3 As políticas públicas no Brasil e a exclusão da proposta de inclusão.....	15
<b>2. A Escola como espaço de inclusão.....</b>	<b>20</b>
2.1 O Planejamento do ambiente físico: sobre as barreiras arquitetônicas.....	20
2.2 O Currículo e as Necessidades Educacionais Especiais.....	20
2.3 A formação inicial e continuada dos professores na perspectiva da educação inclusiva.....	22
<b>3. A inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais na rede municipal de ensino de Campina Grande/PB.....</b>	<b>29</b>
<b>4. Considerações Finais.....</b>	<b>36</b>
<b>5. Referências Bibliográficas.....</b>	<b>38</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>40</b>



## INTRODUÇÃO

A implementação da política de educação inclusiva no Brasil inseriu-se em um movimento de características excludentes com conflitos e tensões gerados pelas diferenças sociais e pelas características do sistema educacional. A promulgação da Constituição Federal, em 1988, foi um avanço, pois assegurou o direito à igualdade de condições de acesso e permanência na escola, além de garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Nessa perspectiva, a escola acolhe e ensina aos alunos respeitando as diferenças individuais, raciais, políticas, religiosas, sociais ou culturais.

Trata-se de uma escola mais responsiva às necessidades do alunado e que forma seus professores para auxiliá-los a ensinar todos os alunos e não apenas os considerados com necessidades educacionais especiais (MITTLER, 2003).

A legislação brasileira sobre a educação, que se seguiu a Constituição, garantiu, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular para atender às particularidades do alunado de educação especial, currículos adaptados e flexibilizados, métodos, técnicas e recursos educacionais específicos, além da terminalidade específica e professores com especialização adequada para o atendimento do alunado.

A educação brasileira ainda tem um longo caminho a percorrer para assegurar uma boa educação para todos. Mostra-se falha em fatores como: o despreparo e desvalorização dos profissionais da educação, a falta de recursos que assegurem uma educação de qualidade, pouca participação da família na escola e no desenvolvimento dos filhos, descaso das autoridades com as políticas educacionais, problemas sociais, entre outros. Para tratar dessas questões, algumas leis foram criadas com o intuito de estender a todos a oportunidade de acesso à educação de qualidade, incluindo as crianças que possuem alguma deficiência ou dificuldade de aprendizagem.

Vivemos em um momento educacional no Brasil cuja palavra de ordem é a democratização da escola e neste contexto, a educação inclusiva, antes considerada uma utopia, vem se consolidando como uma realidade. Na atualidade, as escolas vêm sendo pressionadas a revisar os seus projetos político-pedagógicos e paradigmas educacionais no sentido de acolher e se responsabilizar pelos alunos que apresentam algum tipo de deficiência ou distúrbio grave de aprendizagem ou comportamento. É de grande importância repensar a organização escolar, desde a gestão no sentido mais amplo do sistema de ensino e da escola, até a organização da prática educacional em sala de aula para que ocorra a verdadeira inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais.

A escolha do tema surgiu a partir da convivência com os portadores de necessidades especiais nos espaços escolares em meus estágios, pude observar que mesmo com toda a discussão sobre as necessidades de inclusão nas escolas de educação básica, os portadores de necessidades especiais, em sua grande maioria, ainda são ignorados, evitados ou simplesmente esquecidos e isso acontece pela falta de sensibilidade da sociedade e pela inobservância da lei. É preciso um novo olhar, algumas modificações e adaptações cujo alcance só será possível através da ampliação das políticas públicas na área de educação inclusiva. Para que isso aconteça, é necessária uma ação coletiva na qual todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem precisam estar preparados para dar assistência adequada com vista a serem pessoas com pleno desenvolvimento de suas capacidades linguísticas, emocionais e sociais.

Na educação inclusiva todos devem aprender juntos, sempre que possível, levando em consideração suas dificuldades e diferenças, em classes heterogêneas e é necessário que os profissionais envolvidos na educação conheçam e considerem suas particularidades para alcançar o êxito no processo educacional.

Nesta perspectiva, este trabalho monográfico visa refletir sobre as seguintes questões problematizadoras: a) Como se dá o processo de democratização da educação inclusiva à luz da legislação em vigor? b) Quais os espaços que permeiam o conceito de inclusão na escola? c) Como vem ocorrendo a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais na escola regular da rede municipal de Campina Grande? d) Quais as dificuldades encontradas pelos professores no processo de inclusão?

Tendo como base a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, cujo objetivo é observar os espaços de uma escola da rede pública de ensino de Campina Grande/PB, entrevistar professores a fim de verificar como tem ocorrido o processo de inclusão nas escolas públicas municipais e observar quais as dificuldades encontradas pelos educadores e as alternativas criadas para a superação de tais dificuldades; a presente pesquisa se configura como um espaço de discussão dos princípios da educação inclusiva, paradigma complexo que pressupõe uma reforma do pensamento e uma reorganização do conhecimento.

O texto está estruturado em três capítulos. No primeiro, apresenta-se o conceito e o papel da educação inclusiva, estabelecendo relação entre a realidade escolar no Brasil e o texto legal. Parte-se de um breve histórico da Educação Inclusiva no Brasil envolvendo desde as políticas públicas até a legislação vigente. No segundo capítulo, discute-se sobre o ambiente físico escolar, desde como é o seu planejamento até as barreiras encontradas pelos alunos com necessidades especiais, levando, também, em consideração o currículo e como está sendo a sua adaptação. No capítulo terceiro e último são analisados e apresentados os resultados dos questionários aplicados em uma escola pública municipal da cidade de Campina Grande/PB, em busca de esclarecimentos sobre a real prática inclusiva.

## **1. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: A LEGISLAÇÃO EM VIGOR**

A educação inclusiva tem sido um grande desafio na sociedade moderna. A promoção da igualdade de oportunidades educacionais é um direito das pessoas com necessidades especiais. A inclusão é um processo dinâmico e gradual, esta se resume em “cooperação/solidariedade, respeito às diferenças, comunidade, valorização das diferenças, melhora para todos, pesquisa reflexiva” (SANCHEZ, 2005, p. 17) Neste tópico, discutimos a educação especial no Brasil com base na legislação em vigor.

### **1.1 Paradigmas da inclusão: vencendo desafios**

O papel da Educação Especial vem assumindo grande importância, dentro da perspectiva de atender a crescente demanda individual por uma sociedade inclusiva. Mesmo que a sociedade tenha consciência da necessidade de atender essas pessoas com deficiências, é um grande desafio sua implantação, pois é necessária uma reestruturação organizacional escolar que parte desde a comunidade (gestores, educadores, profissionais de apoio, famílias e alunos) até a atuação dos mesmos em sala de aula.

A educação inclusiva busca corrigir uma tradição excludente visando promover a igualdade de oportunidades educacionais tomando como ponto de partida o direito à matrícula das crianças com necessidades especiais passando a ser obrigatória no ensino regular. Feita essa mudança no Plano Educacional, também se faz necessário mudar o sistema desde sua estrutura física bem como o seu currículo e atuação dos profissionais envolvidos. Ou seja, não basta garantir educação para todos, mas também uma educação de qualidade para todos aceitando suas diferenças e valorizando o seu direito de ser e pertencer ao mundo. Segundo a UNESCO (1994, p.40):

Falar de necessidades educacionais especiais implica enfatizar aquilo que a escola pode fazer para compensar as dificuldades do/a aluno/a, já que, neste enfoque, entende-se que as dificuldades para aprendizagem têm um caráter interativo e dependem não apenas das limitações dos/as alunos/as, mas também da condição educacional que lhe é oferecida.

A realidade escolar da maioria das escolas do Brasil não dá suporte a essas crianças e adolescentes. Algumas nem ao menos tem conhecimento da sua dificuldade e por muitas vezes são ignoradas. Tais alunos são tratados como os “normais” e o possível baixo rendimento não é associado à consequência da doença que por muitas vezes acaba não sendo diagnosticada. Contudo, para que esses profissionais sensibilizem seu olhar para essas dificuldades e dê devido encaminhamento aos profissionais especializados, é necessário um maior preparo dos educadores envolvendo desde sua formação até a estruturação curricular.

## **1.2 O texto legal e o paradoxo da exclusão da inclusão**

Do ponto de vista da situação histórica da educação inclusiva no Brasil, nos séculos XVII e XVIII, fica nítida a presença de teorias e práticas sociais preconceituosas, gerando situações em que os portadores de necessidades especiais eram ignorados, rejeitados e em alguns casos até mesmo exterminados. Esse período foi marcado pela ignorância e rejeição do indivíduo deficiente, desde o âmbito familiar até a sociedade em geral que sentenciavam esse público de uma forma extremamente preconceituosa, de modo que se tornava impraticável aceitação social.

Ainda naqueles tempos, os ditos “deficientes” eram internados em orfanatos, manicômios, prisões dentre outros tipos de instituições que os tratavam como doentes anormais. “[...] Na antiguidade, as pessoas com deficiência mental,

física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas” (BRASIL, 2001, p.25), sendo afastadas do convívio social ou até mesmo sacrificadas.

Contudo, no transcorrer da história humana, podemos perceber que na medida em que os estudos e pesquisas avançam sobre as deficiências, as opiniões foram mudando “conforme as crenças, valores culturais, concepção de homem e transformações sociais que ocorreram nos diferentes momentos históricos” (BRASIL, 2001, p.25).

Já no século XIX, predomina-se a etapa de institucionalização especializada: os indivíduos que manifestavam alguma deficiência eram isolados nas residências, ocasionando uma “educação” fora do âmbito escolar, de forma a “proteger” o deficiente do contato com os “normais”.

Em meados do século XX, aos poucos, alguns cidadãos vão mudando suas concepções e começam a valorizar os deficientes emergindo até a nível mundial através de manifestações sociais, tendo como objetivo cessar com a discriminação em defesa de uma sociedade inclusiva. Nesse momento histórico, começam as críticas sobre os métodos de educação do período, acarretando também o levantamento de questionamentos sobre os padrões de ensino aprendizagem, gerando exclusão no cenário educacional.

Conforme Jannuzzi (2004, p. 34):

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação.

Nesse contexto, ao final do século XX, movimentos sociais, políticos e educacionais, estudiosos, associações e conferências sugerem enraizar as

discussões, problematizando os aspectos acerca dos indivíduos com deficiências, resultando em reflexões perante as práticas educativas.

A Declaração de Salamanca (1994, p. 6) ressaltava, em suas discussões, a inclusão dos indivíduos que possuem NEE (Necessidades Especiais Educativas) com uma política de igualdade para todos, partindo do seguinte pressuposto:

[...] as escolas devem se ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluir-se crianças com deficiência ou sobredotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.

É notável que ao final do século XX até a atualidade os avanços sociais, pedagógicos e tecnológicos, por uma sociedade inclusiva no Brasil, vêm sendo cada vez mais realidade. Hoje muitas escolas já estão dispostas de salas de recursos, atendimentos diferenciados, métodos tecnológicos como computadores adaptados, sintetizadores de fala, programas e aplicativos, dentre outros diversos modelos tecnológicos e de inclusão social de um público que passou arduamente por discriminações e preconceitos e hoje busca a garantia dos seus direitos diante da sociedade, promovendo o desenvolvimento social, sem se esquecer de suas capacidades cognitivas e intelectuais; desenvolvendo, assim, suas potencialidades e peculiaridades.

Em relação a esse tema, Goffredo (1999, p. 31) acrescenta:

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educativas especiais.

Deste modo, a escola tem como papel principal receber e educar todas as crianças, jovens e adultos independente de seu estado físico, intelectual,

emocional ou social, adaptando-os ao processo de ensino-aprendizagem e a estrutura física da escola.

Ainda, o termo Inclusão não significa colocar os alunos com necessidades especiais, ditos “anormais”, junto com os outros ditos “normais”; mas sim reestruturar o sistema para que haja uma flexibilidade curricular, capacitação dos professores, recursos pedagógicos, avaliações a partir das condições cognitivas de cada aluno, visando à aprendizagem qualitativa. De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p. 11):

A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo as necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades.

As necessidades educativas especiais dos alunos não deveriam ser, por si mesmas, de acordo com Costa, 2005, p.13, “(...), impeditivo para o ingresso e permanência na escola pública, desde que essa esteja equipada com os recursos didático-pedagógicos específicos e profissionais formados e sensíveis para acolher e lidar com a diversidade humana dos alunos, sejam eles com ou sem deficiência”, atuando na perspectiva da educação democrática, com possibilidades de autonomia para todos os alunos e professores.

Os alunos com deficiência devem estar com o professor e os demais colegas sem deficiência na mesma escola, sem distinção entre classes especiais e regulares; sobretudo considerando sua condição humana com demanda por emancipação. E mais, cabe ao professor no cotidiano escolar, em ambientes de aprendizagem junto com seus alunos, viabilizar o fim dos espaços considerados historicamente como sendo da educação especial, significando a possibilidade de acesso inicial e de permanência na mesma escola para todos.



Para Mills (1999), o princípio que rege a Educação Inclusiva é o de que todos devem aprender juntos, sempre que possível, levando-se em consideração suas dificuldades e diferenças, em classes heterogêneas. A Escola Inclusiva educa todos os alunos na rede regular de ensino, proporciona programas educacionais apropriados às necessidades dos alunos e prevê apoio para que o seu aluno tenha sucesso na integração. É o espaço ao qual todos pertencem, são aceitos, apoiados pelos membros da comunidade escolar. A inclusão resulta de um complexo processo de integração, de mudanças qualitativas e quantitativas, necessárias para definir e aplicar soluções adequadas. Falar de Inclusão no Brasil é falar de inclusão social, do direito de cidadania de todas as crianças.

Para que isso aconteça, faz-se necessário pensar a diferenciação da formação dos professores e a educação dos alunos com deficiência, que precisa por parte dos professores e demais profissionais da educação uma postura crítica, aberta, solidária, comunitária, democrática em relação ao seu papel social e à própria educação, considerando-a como ação política e reflexiva.

### **1.3 As políticas públicas no Brasil e a exclusão da proposta de inclusão**

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), a educação tem por finalidade o preparo para o exercício da cidadania, sendo o dever do Estado e da família promovê-la, conforme aponta o Art. 2º:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O artigo citado rege a educação de todos, sem exceção e com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Os principais documentos legais, relacionados aos direitos das pessoas com NEE, tais como a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e a Declaração de Salamanca (1994) remetem a algumas peculiaridades referentes à inclusão social e escolar dos portadores de NEE. Como afirma a LDB 9.394/96:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Referente à lei supracitada, a educação especial é uma modalidade de educação escolar proporcionada pela rede regular de ensino, enfatizando em seus parágrafos o real movimento inclusivo.

Retomando a Declaração de Salamanca, revela-se, de forma clara, que a rede de ensino regular precisará oferecer os recursos indispensáveis ao atendimento dos alunos com NEE:

Devem ser disponibilizados recursos para garantir a formação dos professores de ensino regular que atendem alunos com necessidades especiais, para apoiar centros de recursos e para os professores de educação especial ou de apoio. Também é necessário assegurar as ajudas técnicas indispensáveis para garantir o sucesso de um sistema de educação integrada, cujas estratégias devem, portanto, estar ligadas ao desenvolvimento dos serviços de apoio a nível central e intermédio. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 42)

Acrescentado, ainda, as formas mais eficazes de desenvolvimento das escolas inclusivas:

O desenvolvimento das escolas inclusivas, enquanto meio mais eficaz de atingir a educação para todos, deve ser reconhecida como uma política - chave dos governos e ocupar um lugar de destaque na agenda do desenvolvimento das nações. É unicamente desta forma que se poderão obter os recursos necessários, pois as mudanças de política e as prioridades não podem ser efetivas a não ser que se disponibilizem esses mesmos recursos. É preciso um compromisso político, tanto a nível nacional como comunitário, para obter os recursos adicionais e para reorientar os já existentes. Embora as comunidades tenham de representar um papel - chave no desenvolvimento das escolas inclusivas é igualmente essencial o suporte e encorajamento dos governos para se conseguirem soluções eficazes e realistas. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 41)

Diante disto, evidencia-se a responsabilidade política e encorajamento do governo e das políticas públicas diante das pessoas com NEE, de forma a garantir a execução da inclusão social através de recursos e atendimentos de qualidade na dimensão educacional.

Em meio aos documentos legitimamente abordados, evidencia-se o Plano Nacional de Educação que institui objetivos e metas em prol dos alunos com NEE. Com base nos pressupostos legais da Constituição Federal de 1988, os artigos prevêem o direito de todos à educação e o atendimento educacional especializado, e a inclusão escolar, fundamentada na atenção à diversidade, exigindo mudanças estruturais nas escolas comuns e especiais:

- Constituição Federal/1988, no Artigo 208, que prevê “(...) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino”.
- Constituição Estadual/1989 que, no Artigo 305, garante o “(...) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência e ensino profissionalizante na rede regular de ensino, quando necessário, por professores de educação especial”.
- Lei nº 8.069/1990, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao dispor no Art. 54, inciso III, sobre a educação, afirma que “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.
- Lei nº 9.394/1996, ao estabelecer as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu capítulo V, dispõe quanto à educação especial, entendendo-a como “(...) uma modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

O sistema regular de ensino precisa ser adaptado e pedagogicamente transformado para atender de forma inclusiva. É preciso repensar a organização

escolar, desde a gestão no sentido mais amplo do sistema de ensino e da escola, até a organização da prática educacional em sala de aula onde o professor tenha qualificação e uma boa formação para lidar com a diversidade, combatendo a formação do preconceito e dos estereótipos, presentes nas relações entre indivíduos com e sem deficiência na escola.

Para tanto, vale destacar Eco (2001, p.13) ao afirmar que devemos ensinar às crianças que “os seres humanos são muito diferentes entre si e explicar-lhes em que se diferenciam, para então mostrar que a diferença é uma fonte de enriquecimento para todos”.

## **2. ESCOLA COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO**

A escola inclusiva tem como responsabilidade reconhecer e responder as necessidades distintas de seus alunos, atendendo aos diferentes ritmos de aprendizagem e garantindo uma educação de qualidade a todos através de um currículo adaptado, estruturas organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos específicos para atender de forma inclusiva.

A deficiência física carrega consigo diversas consequências, tais como o enfrentamento das barreiras arquitetônicas e a falta de acessibilidade causada por elas influenciando tanto no âmbito escolar como fora dele, devido à presença de degraus e meio fios sem rampas, junto às imperfeições das calçadas, causam transtornos maiores, impedindo-os de exercerem seu direito de ir e vir tirando-lhes a liberdade nas suas escolhas. É esse aspecto que discutiremos nesse capítulo.

### **2.1 O Planejamento do ambiente físico: sobre as barreiras arquitetônicas**

Como vimos anteriormente, a política inclusiva é uma proposta de intervenção sustentada pela legislação em vigor, que deve ser cumprida pela sociedade, mas ainda não foi implantada definitivamente no Brasil. Segundo Junior (2004:35):

Há esperança de que a inclusão não se restrinja apenas ao campo da consciência, mas, sim, que efetivamente ocorra, devendo o portador de necessidade especial e/ou sua família exigí-la junto ao Poder Público e as entidades particulares, fazendo uso, se necessário, de ações judiciais para compelir as entidades de ensino a cumprir o que se dispõe a lei e, portanto, possibilitar a inclusão escolar dos deficientes.

Os portadores de necessidades especiais encontram inúmeras barreiras na tentativa de inserção no âmbito escolar, que podemos reconhecer como sociais, em que não se reconhece o direito do indivíduo e acaba não oferecendo o acesso a oportunidades e as barreiras arquitetônicas podem ser traduzidas como centímetros intransponíveis que impedem o livre acesso do portador de necessidades especiais; nos mostrando, de fato, que por menor que seja o obstáculo, impede-os de ir e vir, tirando-lhes a liberdade de fazer as suas escolhas.

Sabemos que as barreiras estão presentes em todos os lugares delimitando o acesso dos portadores de necessidades especiais, mas para eliminar essas barreiras arquitetônicas contamos com a acessibilidade que vem como solução para esse problema e tem como dever ser um compromisso de arquitetos, profissionais e autoridades responsáveis pela melhoria do ambiente atendendo, assim, às necessidades de absolutamente todos pelo uso de um desenho universal.

A Lei nº 10.098, 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Vale ressaltar que o conceito de acessibilidade diz respeito não apenas à supressão de barreiras arquitetônicas, mas, também, ao acesso à rede de informações, de comunicação, equipamentos e programas adequados. A escola deve oferecer espaço físico adaptado para a realização das atividades escolares, com total acessibilidade, seguindo as normas da ABNT nº 9050 e os Subsídios para Elaboração de Projetos e Adequação de Edificações Escolares do FUNDESCOLA.

Como vemos, a escola ainda não está preparada para atender à demanda de pessoas com necessidades especiais e suas especificidades. No entanto,

existem algumas adaptações que podem ser realizadas para melhorar o ingresso e a autonomia do aluno favorecendo a sua permanência na escola.

## **2.2 O currículo e as Necessidades Educacionais Especiais**

Pensando na origem da palavra currículo (do latim curriculum), que tem como significado corrida, um percurso a ser realizado, e considerando as demandas da atualidade, concluímos que o currículo deve ser atualizado constantemente. Portanto, é preciso buscar novos conhecimentos para assim questioná-lo e reavaliá-lo sempre que necessário.

Na proposta educacional inclusiva, o currículo deve ser pautado, também, da ideia da diferença e não é o aluno que se ajusta, se adapta às condições de ensino, mas a leitura do movimento da inclusão educacional é justamente contrária. É a equipe escolar que tem que prover as mudanças necessárias para que o aluno consiga acessar o currículo. (Aranha, 2003)

O currículo deve ter preferencialmente a interação entre profissionais que têm o mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustenta, permitindo uma reflexão do seu cotidiano promovendo um ensino que respeite as especificidades da aprendizagem de cada um.

De acordo com Blanco (2004), a escola, tradicionalmente, focalizou sua atenção em satisfazer necessidades comuns, delineando objetivos sem considerar as características específicas de cada aluno. A construção do currículo necessita de um embasamento voltado ao Projeto Político Pedagógico da escola que aborde as seguintes questões:

- A formação e capacitação dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem;
- O compromisso de todos os campos do sistema educacional para a construção de uma sociedade inclusiva;



- A construção de um currículo integrado, como meio de conduzir o planejamento e a organização do ensino como benefício à melhoria da educação;
- O acesso às tecnologias apropriadas como apoio e complementação para os avanços das aprendizagens;
- O fortalecimento da política educacional favorecendo as ações de compromissos e valorização da diversidade. Atendendo, assim, ao princípio da flexibilização que pressupõe a existência de alterações e/ou modificações no processo educacional, essencialmente no âmbito curricular.

O currículo, por consequente, deverá contemplar a igualdade e interação dos alunos, organização dos saberes e conhecimentos direcionados aos conteúdos, favorecendo, assim, a uma educação de qualidade.

Educar é participar e trabalhar em diversos níveis de complexidade do universo pedagógico e didático. Contudo, as contradições atravessam a sociedade, o sistema educacional, a escola e as práticas individuais, sendo imprescindível que conduza no âmbito escolar um estudo intenso sobre o processo de produção do conhecimento, permitindo que sua compreensão seja expandida para os sistemas curriculares, ajudando a configurar a forma de organização curricular que a escola deve empregar.

O currículo é norteado por uma cultura que não pode ser dissociada do contexto social, que tem como compromisso a intenção de proporcionar a atuação do aluno com voz ativa e crítica. O programa curricular é elaborado tendo como base as seguintes etapas: a análise da situação, definição dos objetivos, escolha das estratégias, estabelecimento do cronograma, definição dos espaços necessários, coordenação entre os diferentes profissionais, implementação, acompanhamento e avaliação.

A teoria e a prática são os conhecimentos fundamentais para compreensão de mundo, esses confrontam a imaginação e a inteligência para melhor percepção da realidade e melhoraria da qualidade de vida.

O universo escolar se depara com diferentes situações no seu cotidiano, desde as mais simples que podem ser solucionadas no andamento dos trabalhos pedagógicos, até as mais complexas, que necessitam da utilização de estratégias ou técnicas específicas, para que o educando tenha acesso ao currículo, inserindo, assim, gradativas adaptações que favorecem o seu processo de aprendizagem. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998), as adaptações são definidas como:

[...] possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno (p.33).

Em resumo, a escola deve realizar adaptações e modificações no currículo, sempre que for necessário. Então, compete ao quadro pedagógico concretizar o mapeamento das peculiaridades educacionais da demanda educacional que necessita de ajustes no currículo e propor as condições adequadas para que aconteça a interação contínua entre as necessidades educacionais do aluno e as respostas efetivas no seu desempenho escolar.

### **2.3 A formação inicial e continuada dos professores na perspectiva da educação inclusiva**

Inclusão não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica (MEC-SEESP, 1994). Portanto, para promover uma educação melhor para todos os educandos, com inclusão dos portadores de necessidades especiais, a escola precisa habilitar seus professores, preparar-se, organizar-se, enfim, adaptar-se as mais diversas situações.

Para alcançarmos um novo paradigma, é relevante reexaminar a responsabilidade da escola e principalmente a formação de professores, para que seja inserida uma educação inclusiva para a diversidade.

A grande maioria dos professores ainda se surpreende quando se deparam com a chegada de alunos com necessidades especiais em suas salas; ou melhor, não só os professores, mas toda a comunidade escolar, pois muitos não tiveram uma formação adequada para o trabalho com a inclusão.

É imprescindível que o educador tenha uma nova postura, um novo olhar e, conseqüentemente, uma nova concepção de ensino. O fato de o professor não estar devidamente preparado e ter certa resistência à inclusão está diretamente relacionado à forma tradicional que pautava um modelo de atendimento segregado. O ideal seria que os profissionais da educação passassem por uma preparação apropriada para o trabalho com os alunos que apresentam alguma necessidade de educação especial. Os educadores devem almejar a formação com cursos de extensão e especialização que os qualifique para melhor desempenho de sua função social.

Para Mantoan (2006, p. 54):

Não se trata de uma visão ingênua do que significa ser um professor qualificado para o ensino inclusivo, mas de uma concepção equivocada do que é uma formação em serviço e do que significa inclusão escolar. Mais uma vez, a imprecisão de conceitos distorce a finalidade de ações que precisam ser concretizados com urgência e muita clareza de propósitos, o que faz repensar a inclusão.

Assim, o profissional que trabalha em educação deve ser: um bom professor, qualificado, habilidoso e competente. Como afirma Marques (1995, p. 123), “a docência competente somente se configura na prática persistente inquirida pela reflexão pessoal e pelo discurso argumentativo na comunidade da profissão, de forma a tornasse práxis da vida”, pois educadores formulam seus métodos e reconstróem seus conhecimentos, num processo contínuo de aprendizagem mútua.

É preciso que o ensino regular insira em suas práticas as leis vigentes, é claro que qualquer mudança no sistema é um processo lento e principalmente se a demanda for intensa, pois sabemos que existem diferentes tipos de necessidades especiais que necessitam de um atendimento específico tornando, assim, essencial proporcionar aos profissionais da educação formação para esse atendimento.

Atualmente a formação de professores é entendida como algo que deve ser desenvolvido, haja vista que estudos apontam que a formação inicial se torna insuficiente para o desenvolvimento profissional do professor, mesmo realizada em nível superior. Em decorrência desse e de outros aspectos, a profissão docente não pode ser percebida como relacionada apenas ao domínio de conhecimentos, de conteúdos das disciplinas curriculares. (MARTINS, 2009).

Diante desse contexto, a inclusão requer dos professores novas posturas que carecem de atualização e reestruturação das suas práticas, gerando a adaptação a diversidade de seus alunos. A formação continuada é, também, uma das dimensões relevantes para a concretização de uma política global para o profissional da educação, articulada à formação inicial e às condições de trabalho, salário e carreira.

Vale salientar que a formação continuada acontece tanto em cursos proporcionados aos docentes, como também em ocasiões que são discutidas suas práticas e vivências com outros profissionais da educação. Entretanto, os cursos designados à formação continuada seguem algumas exigências. Santos

(2005) as definem como respeito às práticas docentes; o ato de ensinar exige ética, aceitação do novo e rejeição de qualquer forma de discriminação. O ato de ensinar exige a disponibilidade para o diálogo e a construção de novas possibilidades.

Partindo da perspectiva de Vygotsky (2007), as funções mentais, apesar de apresentarem uma base biológica, são construídas na interação (dialética) com o meio e dentro de um contexto sociocultural. Deste modo, é indispensável que o indivíduo seja inserido e interaja com o meio social, pois é através dessas interações que os mesmos são estimulados e desafiados diariamente, desenvolvendo suas funções psicológicas e conseqüentemente habilidades e capacidades. Werneck (2001) afirma que:

De acordo com os parâmetros da sociedade inclusiva, cada ser humano é um pacote indivisível de talentos e de limitações que, combinados em proporções variáveis em função das oportunidades que a vida traz, desde a concepção, definem e redefinem indivíduos. (p.11)

A educação inclusiva nos permite refletir sobre o desafio que a educação enfrenta atualmente, na tentativa de conhecer o real e buscar o ideal para que aconteça a edificação de uma educação de qualidade para as atuais e futuras gerações.

Diversas são as questões envolvidas para promoção da real inclusão e se uma grande parte dessas fossem exercidas, o seu caminho seria menos penoso e as probabilidades de inclusão seriam maiores. A perspectiva é que a educação, em todos os estados e modalidades, seja um instrumento de desenvolvimento social, cultural, econômico, artístico e científico do país e que também, proporcione a equidade em todos os âmbitos. Os espaços para inclusão educacional devem atender às demandas das pessoas com necessidades para que estas não fiquem à margem do processo educacional formal.

A inclusão pode acontecer, também, através de uma aula simples, dialogada, contextualizando o conteúdo tornando-o significativo e revelando caminhos de superação pelo conhecimento de tal forma que permita ao educando se inserir no mundo, de várias formas, reconhecendo o que está ao seu redor, tornando-o de fato cidadão.

### **3. A INCLUSÃO DE CRIANÇAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPINA GRANDE/PB**

Em busca de respostas para os questionamentos do presente trabalho, realizou-se uma pesquisa de campo cujo objetivo foi verificar as concepções de professores da educação básica sobre o processo de inclusão escolar. Da pesquisa, participaram seis professores de uma escola pública da rede municipal de Campina Grande/PB com experiências diferentes quanto à inclusão.

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário composto por cinco questões abertas. As questões foram elaboradas de forma que atingissem os objetivos da pesquisa, englobando as seguintes dimensões: conceito e opinião sobre inclusão escolar; desenvolvimento do currículo e metodologia escolar; a organização e estrutura da escola envolvendo a acessibilidade, os recursos materiais e pedagógicos; manifestação do próprio sentimento e orientações/apoios necessários ao professor para efetivação da inclusão escolar e como ocorre o relacionamento dos alunos portadores de necessidades com os demais.

De posse dos questionários respondidos observamos que para que aconteça a inclusão não basta apenas matricular a criança e fisicamente garantir uma carteira dentro de uma sala de aula. É necessário conscientizar e preparar todos os envolvidos no processo, desde os familiares até os gestores para que estes tenham um novo olhar para os portadores de necessidades especiais que precisam de um atendimento específico, dependendo de suas limitações; como afirmam os depoimentos dos educadores entrevistados:

Penso e defendo, de forma veemente, o direito da inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular. No entanto, para que esse direito seja de fato legitimado, se faz necessário o compromisso e a responsabilidade no que se refere às políticas educacionais voltadas para este grupo de seres humanos. A inclusão, como um direito já legitimado, vai além do acolhimento pelo qual se evidencia na maioria das salas de aula. (Educador 01)

Eu acredito que é possível uma socialização no ambiente escolar bem como o acesso a cultura. No entanto, o conhecimento científico pode ser possível dependendo da síndrome acometida a criança, bem como a competência dos pais, o planejamento do professor, o acompanhamento da equipe multidisciplinar e a ajuda de um professor auxiliar comprometido com a causa da inclusão. (Educador 02)

O aluno com deficiência deve ter e estar matriculado em uma escola regular como todas as outras “crianças ditas normais”. É um direito e este deve ser garantido pela instituição. Porém, é fundamental que se tenha um acompanhamento por toda equipe pedagógica da escola, que seja estimulada a interação com os demais e acima de tudo que sejam respeitadas as suas limitações no processo de aprendizagem. (Educador 03)

É um avanço muito importante para nós educador, onde de uma forma gratificante poder contribuir para essa inclusão de alunos com necessidades especiais. (Educador 04)

Nos depoimentos dos professores em relação ao processo de inclusão, foi unânime o discurso de que na teoria tudo é satisfatório. Porém, a prática está longe de ser exercida. Isso nos reporta a Bueno (1993) que afirma que o descompasso é ainda maior entre a teoria e a prática, entre o discurso oficial e a realidade. A população portadora de necessidades especiais, que socialmente já é tão estigmatizada do ponto de vista de sua escolaridade, não encontra espaços produtivos na escola regular.

Verificamos que a maior parte dos profissionais que trabalham com este alunado não teve uma preparação ou capacitação adequada. Alguns deles sequer sabiam que teriam um aluno portador de necessidades especiais em sua sala de aula, mas quando se deparam com essa realidade como acontece o trabalho metodológico e curricular para que a inclusão aconteça? Vejamos os relatos dos profissionais:

Infelizmente, o currículo não prioriza ou trata das necessidades especiais em seu arcabouço. Mas, é impossível e inevitável não assumirmos nossa responsabilidade docente diante dos fatos. Para atender a estas crianças, foi necessário que eu recorresse às situações práticas de acordo com suas necessidades e habilidades. Na especificidade das necessidades destas crianças,



o fazer, o construir é bem mais lógico do que esperar que aprendam comumente às crianças ditas “normais”. (Educador 01)

O currículo é comum a todos os alunos da sala de aula. No entanto, a metodologia é diferenciada com relação às crianças especiais, conforme as suas habilidades. (Educador 02)

Adaptando as atividades a partir de suas necessidades, integrando o aluno aos agrupamentos produtivos durante algumas atividades e estimulando a participação nas atividades orais. (Educador 03)

Tive e tenho uma criança com necessidades especiais. No início foi difícil, pois o novo sempre nos dá medo, mas busquei ajuda com minhas colegas de profissão que já havia trabalhando com algum aluno com necessidades. Procurei trabalhar com material concreto e manuais como jogos educativos, pintura, colagens e entre outros. (Educador 04)

Com este depoimento, constatamos que o educador não está preparado para atuar com os alunos com necessidades especiais. Estes precisam de fundamentos teóricos que alicercem a sua prática, técnicas e mecanismos para desenvolver suas habilidades e assim atender a diversidade humana.

Dessa forma, Glat (1988, p.11) afirma que:

Se não houver uma modificação estrutural no sistema educacional brasileiro, a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais, principalmente os mais prejudicados, nunca será concretizada. Logo, a noção de inclusão total não é uma proposta, e sim uma utopia.

Sabemos que quando falamos de educação especial logo nos referimos a uma educação diferenciada e para que esta de fato aconteça, temos que fazer adaptações como vimos no depoimento acima. Tudo que é novo causa estranhamento. Logo, não sabemos como agir e lidar com a inclusão de alunos com necessidades especiais em nossa sala e é nesse momento que temos que ter uma formação que dê conta da complexidade desse trabalho. Esse seria o currículo escolar que deve ser adaptado para cada sujeito e cabe ao professor

transformar as suas práticas curriculares calcadas no compromisso com a pluralidade humana.

O Conselho Nacional de Educação (2001) prevê para todas as crianças um atendimento de qualidade. Para tanto, as escolas devem organizar-se para se adaptarem às necessidades de seus alunos. Subsidiar material de apoio, professores capacitados, auxílio pedagógico e um espaço de reflexão sobre o paradigma da inclusão são pontos fundamentais para que o processo ocorra e tenha sucesso.

Ao tratar de sua preparação para atuar com esse alunado, as educadoras entrevistadas afirmaram:

Sou apaixonada por este universo. Tive a honra de estudar sobre Educação Especial, com uma das maiores e melhores estudiosas deste ramo (professora Doutora Roberta da Motta Rocha) e com ela aprendi, que estas pessoas são capazes de se desenvolverem, se compreendermos e desenvolvermos com elas um trabalho considerando suas especificidades. (Educador 01)

Não, mas sou capaz de receber o aluno, oferecer atenção, cuidado, respeito e autoestima. Quando digo não é que há múltiplas necessidades especiais e o professor nunca está preparado para essa diversidade. (Educador 02)

A nossa formação acadêmica é um pouco falha nesse sentido, pois não nos dá embasamento suficiente para lidar com a realidade escolar. Precisamos buscar informações e atitudes que nos ajudam não só com os alunos com necessidades especiais como também com os alunos ditos “normais”. Mesmo com uma pequena experiência de sala de aula, acredito que a escola pública ainda não está completamente preparada para a inclusão. (Educador 03)

Não. Depende do grau de deficiências onde não me sinto preparada. Mas o sistema nos obriga a enfrentar esse desafio. (Educador 04)

Como profissionais da educação temos que acolher os alunos independente de suas especificidades. O grande desafio é uma aprendizagem de qualidade onde haja a flexibilização do currículo, adoção de metodologias alternativas de ensino, o uso de recursos humanos, técnicos e materiais

específicos para que os alunos usufruam do direito de aprender em igualdade de oportunidades e condições.

A estrutura física escolar é um dos assuntos abordados nos questionamentos e que dividiu opiniões. A ideia geral é de que a inclusão representa a inserção do aluno com necessidade especial em uma classe do ensino regular. Por outro lado, enfatiza-se a ideia de que são necessárias condições para tal, mas a escola está devidamente organizada e estruturada para promover a acessibilidade. Segue os relatos dos professores sobre esse assunto:

Em hipótese nenhuma. A escola na qual trabalho não oferece a mínima condição, sejam na estrutura física e de recursos. É o modelo de escola que constroem rampas acidentáveis, onde confunde com acessibilidade. Ao mesmo tempo em que não oferece nenhum acompanhamento por especialistas que venham juntamente com o docente, de fato atender estas crianças. (Educador 01)

Com relação à acessibilidade, sim. Mas ainda faltam materiais pedagógicos para se trabalhar com alguns tipos de necessidades especiais. (Educador 02)

Não. A escola não tem acessibilidade, não tem recursos materiais e pedagógicos, nossos alunos não são acompanhados por equipe multidisciplinar, não participam de sala de AEE, as turmas são numerosas de 30 alunos e quando recebe professor auxiliar, são leigos. (Educador 03)

Não. Temos que melhorar cada vez mais nossas estruturas sejam físicas ou pedagógicas, pois muitas vezes nos sentimos só, apesar de tantas propagandas que todos os dias saem na mídia. (Educador 04)

Encontramos algumas respostas controversas. Um dos professores nos disse: “Com relação à acessibilidade, sim, mas ainda faltam materiais pedagógicos para se trabalhar com alguns tipos de necessidades especiais” (Educador 02).

Cardoso (1995, p. 333), ao tratar das barreiras arquitetônicas, afirma que:

Eliminar ou suavizar barreiras arquitetônicas é uma tarefa multidisciplinar. A linha de trabalho deve estar baseada na convicção de que as pessoas portadoras de deficiência, ou

incapacitadas, são seres humanos como outros quaisquer, e como tais, devem ter a liberdade de ir e vir, ou seja, devem ter a garantia de poder transitar pela comunidade, em usufruto de seus próprios direitos civis, políticos, sócio-econômicos, culturais, bem como em cumprimento de seus deveres de cidadania.

Um dos problemas que impedem uma melhor atuação por parte do educador no que diz respeito ao ambiente de trabalho é a falta de estrutura em que o espaço da sala de aula não está apto para atuar com especificidade para o atendimento dessas crianças de acordo com sua deficiência.

É possível constatar, com esses depoimentos, que é essencial que a escola seja um espaço interativo que facilite as relações. É preciso que os envolvidos no ato educativo atuem transformando o ambiente para que sejam eliminadas as barreiras arquitetônicas permitindo o acesso de todos, facilitando, assim, o atendimento às necessidades e diferenças de cada pessoa. Um lugar que contribua para a igualdade, que explore as capacidades e habilidades de cada um, sem limitações.

Até o momento foram destacados aspectos relacionados ao atendimento dos portadores de necessidades especiais; mas, e os seus relacionamentos, como são vistos por parte dos seus colegas de sala? Existe discriminação ou algum preconceito? Há uma interação por parte deles? Eles ajudam no desenvolvimento do portador de necessidades especiais? Foram essas questões que nortearam o último item do questionário aplicado aos professores. De acordo com os entrevistados:

Acredito que este seja um grande diferencial, pelo fato de serem acolhidos, respeitados e aceitos pelas crianças. Na verdade, eles são grandes parceiros e colaboradores no desenvolvimento destas crianças. Dessa forma, concluo afirmando que tudo o que o direito nega, o amor firma. (Educador 01)

No início algumas crianças não conseguem se aproximar, mas com o passar do tempo elas passam a respeitar e interagir de forma amigável e harmoniosa. Esquecem as diferenças e se unem pelas preferências e afinidades. (Educador 02)

Os alunos são bem acolhidos na escola pelos funcionários, direção, pois professores e colegas, todos colaboram e existe respeito mútuo. (Educador 03)

Nas minhas experiências foram satisfatórios. Eles cuidam com o maior carinho e respeito. (Educador 04)

Modernizando a forma de ensinar, a partir de novos conceitos e práticas educacionais, as escolas estão se transformando e o aluno está sendo cada vez mais respeitado na sua capacidade de avançar; construindo, assim, coletivamente, seus próprios conhecimentos nas salas de aula, em clima solidário e com responsabilidade, fortalecendo as relações entre as crianças, pais, professores e toda a comunidade escolar.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a sociedade inclusiva se configura pela valorização da igualdade educacional sendo essa uma das características principais para sua constituição. Tomando como referência esse princípio, é necessário promover o acesso e a interação de todos, independente das particularidades de cada indivíduo.

Analisando o processo inclusivo, observa-se que o sistema, com o decorrer do tempo, está implantando ações que garantem o ingresso e permanência do aluno com necessidades especiais no ensino regular. Contudo, a segregação é um fator muito forte na realidade escolar e com todas as dificuldades e desafios a enfrentar, estas acabam por fortalecer a vontade de sustentá-los em espaços especializados.

Através dessa pesquisa pudemos observar que, embora os avanços sejam inegáveis em termos de legislação, o sistema educacional não se configurou para oferecer um serviço educacional voltado às pessoas portadoras de alguma deficiência, principalmente no sistema público de ensino. Ao inserirmos um aluno portador de necessidade na escola regular a instituição carece de novos posicionamentos e procedimentos de ensino fundamentado em concepções e práticas pedagógicas mais evoluídas desde mudanças na formação dos educadores até a estrutura física escolar. Para isso, precisamos pensar sobre a educação em geral para que aconteça a inclusão.

É imprescindível a conscientização de todos para que a inclusão aconteça de fato. Há a necessidade de ações e mudanças intensas e importantes no sistema de ensino. Essas transformações dependem do contexto socioeconômico, mas requer o empenho de todos impulsionando a escola para ser vista como um ambiente de construção e desenvolvimento de conhecimento. Com isso, a educação deverá ter um caráter extenso e complexo, promovendo a sua construção ao longo da vida de todo indivíduo independente das suas limitações,

se desenvolvendo através dos programas educacionais. Por isso, é indispensável à disposição de oportunidades moldadas para o aprimoramento de suas potencialidades para que se obtenham agentes transformadores na sociedade brasileira.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M.S.F. **Referenciais para construção de sistemas educacionais inclusivos – a fundamentação filosófica – a história – a formalização**. Versão preliminar. Brasília: MEC/SEESP, nov. 2003.

BLANCO, R. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J.A. (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed editora, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial**, 1998.

\_\_\_\_\_. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado, Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n.º 9.394. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n.º 8.069. Senado, Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental – Deficiência visual** – vol. 1 – Série Atualidades Pedagógicas 6. Brasília, 2001. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/def\\_visual\\_1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/def_visual_1.pdf). Acesso em: 02 de dezembro de 2014.

BUENO, J. G. S. **Educação Especial Brasileira: integração/ segregação do aluno deficiente**. São Paulo: EDUC, 1993.

CARDOSO, M. Alice de Collo Couto; MATRUCCI, Ricardo. **Barreiras Arquitetônicas No Ambiente Construído**. In: *ENTAC - Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído*, IV, 1995. São Paulo. Anais...São Paulo: ENTAC, 1995, p. 331-336.



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Câmara de Educação Básica.** Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de Setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40.

COSTA, V. A. da. (2005). **Formação e Teoria Crítica da Escola de Frankfurt: trabalho, educação, indivíduo com deficiência.** Niterói, RJ.

DECLARAÇÃO de Salamanca. **Enquadramento da ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994. p. 11.

ECO, U. (2001). **Choque de civilizações: em nome da razão.** Valor Econômico, São Paulo, 26, 27 e 28 de outubro. Eu &, p.12-13.

FERREIRA, J. R. e GLAT, R. **Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização.** In: Souza, D. B. & Faria, L. C. M. (Orgs.) Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB, pg. 372-390. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GLAT, Rosana. **A integração dos excepcionais: realidade ou mito?** Mensagem da APAE, 1988.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. **Educação: Direito de Todos os Brasileiros.** In: **Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais/** Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas. Coleção Educação Contemporânea. Autores Associados. 2004.

JUNIOR, Roberto Bolonhini. **Portadores de necessidades especiais: as principais prerrogativas dos portadores de necessidades especiais e a legislação brasileira.** 01. ed. São Paulo: Editora ARX, 2004. v. 01. p. 35.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar- O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2006.

MARQUES, Mário Osório. **Aprendizagem na mediação social do aprendido e da docência.** Ijuí : Unijuí, 1995. p. 123

MARTINS, P. L. O. **A didática e as contradições da prática.** 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

MILLS, N. D. **A educação da criança com Síndrome de Down.**In: SCHWARTZMAN, J. S et al. **Síndrome de Down.** São Paulo: Memnon, 1999.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre, Artmed, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. **A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI.** Revista da Educação Especial - Out/2005, N° 07.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

VIGOTSKI, Lev S. **A formação social da mente.** 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WERNECK, C.: **Palestra proferida no 1º Encontro Nacional sobre Atendimento escolar.** Realizado na UERJ – julho 2001.

## APÊNDICE



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
 CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC  
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Professor (a),

O presente questionário objetiva coletar dados para o meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – que trata da **PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NUMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB**. Se constitui em um trabalho acadêmico de conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia – UEPB - orientado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Valdecy Margarida da Silva.

Desde já, agradeço a sua colaboração.

Vanessa Maria Villela Lucena – Concluinte do Curso de Pedagogia/UEPB

**Informações pessoais**

Formação: \_\_\_\_\_

Pós-graduação: ( ) Sim ( ) Não Especificar: \_\_\_\_\_

Tempo de atuação docente: \_\_\_\_\_

Série(s) em que leciona: \_\_\_\_\_

**Questões propostas:**

1. O que você pensa sobre a inclusão de alunos com deficiência em sua sala de aula?

2. Você tem ou já teve algum aluno com necessidades especiais? ( ) Sim ( ) Não Tipo: \_\_\_\_\_

Se já possuiu, como desenvolveu o trabalho com esse(a) aluno(a) no que diz respeito ao currículo e metodologia?

3. Sua escola está organizada/estruturada para promover a inclusão de alunos com deficiência nas classes regulares no que se refere aos aspectos de: acessibilidade e recursos materiais e pedagógicos?

4. Você se sente preparado(a) para atuar em classes com alunos com deficiência?

5. Como você analisa os relacionamentos dos alunos portadores de necessidades especiais com os colegas?